



A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS POLÍTICAS DE TURISMO COMO POTENCIALIZADORAS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

The production of space and tourism policies as enhancers of socio-spatial segregation

Fernanda Lorena Araújo Baeza

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Poços de Caldas

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3039-2664>

fernanda.baeza@alunos.ifsuldeminas.edu.br

Trabalho apresentado durante a 7ª Jornada Científica da Geografia da UNIFAL-MG & 1º Encontro Sul Mineiro de Geografia e selecionado para publicação

RESUMO

O presente estudo busca desnaturalizar a (re)produção do espaço na construção de uma cidade turística, se atentando a intencionalidade e a forma com que o Capital homogeneiza, fragmenta e hierarquiza um local que se urbaniza para comportar e potencializar a atividade do turismo. É dado destaque ao caso de Poços de Caldas, uma cidade média do Sul de Minas, que devido a sua localização em uma caldeira vulcânica dá início a sua trajetória através do turismo de cura com as águas sulfurosas. Passando assim pelos processos de consolidação do espaço urbano, sendo eles o pré-industrial com o turismo de cura, a fase industrial devido a forte influência da mineração e expansão populacional e sua fase pós-industrial que se dá após a crise da década de 80 concentrando suas políticas ao turismo e bens consumo, transformando assim a qualidade de vida da classe trabalhadora local em mercadoria refém de uma especulação vinculada ao fetiche capitalista. Através da referência bibliográfica o estudo pretende conectar a geografia crítica de influência marxista através de Lefebvre apontar as contradições criadas pela concentração de bens de consumo na consolidação de sua fase pós-industrial e como isso reconfigurou a estrutura de divisão do trabalho e da produção do espaço.

Palavras-chave: Produção do espaço; Turismo; Poços de Caldas; Segregação socioespacial.

ABSTRACT

The present study seeks to denaturalize the (re)production of space in the construction of a tourist city, paying attention to the intentionality and the way in which Capital homogenizes, fragments and hierarchizes a place that is urbanized to support and enhance tourism activity. Highlight is given to the case of Poços de Caldas, a medium-sized city in the south of Minas Gerais, which, due to its

location in a volcanic caldera, begins its journey through healing tourism with sulfurous waters. Thus going through the processes of consolidation of urban space, being the pre-industrial phase with healing tourism, the phase due to the strong influence of mining and population expansion and its post-industrial phase that occurs after the crisis of the 80s, concentrating its policies on tourism and consumer goods, thus evolving the quality of life of the local working class into commodities held hostage by speculation linked to capitalist fetish. Through bibliographical references, the study intends to connect the critical geography of Marxist influence through Lefebvre, pointing out the contradictions created by the concentration of consumer goods in the consolidation of its post-industrial phase and how this reconfigured the structure of the division of labor and the production of space.

Keywords: Production of space; Tourism; Poços de Caldas; Socio-spatial segregation.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização é intrinsecamente ligado ao turismo pois segundo Yazigi (2003, p. 71) “mesmo quando o destino turístico ocorre em meio natural, poucos são os casos em que a cidade não se interpõe como escala conveniente ou obrigatória”. Após os anos 60 ocorreu que a distinção existia entre o rural e o urbano desapareceu gradualmente nos espaços porosos de desenvolvimento geográfico desigual, sob controle hegemônico do Capital e do Estado (Lefebvre, 2000) Assim também acontece em cidades médias como Poços de Caldas localizada no Sul de Minas Gerais, inicialmente sendo reconhecida pelo seu turismo de cura em sua fase pré-industrial onde grandes estruturas foram construídas e hoje estão tombadas, posteriormente pelo processo de industrialização que se estabeleceu através da vinda de indústrias e uma expansão populacional gerando uma série de contradições de como morar e viver a cidade. Consequentemente após sua crise na década de 80, Poços de Caldas na fase pós-industrial, onde seu desenvolvimento não se baseia na produção e sim no consumo.

A divisão do trabalho e a organização espacial se alteram conforme a intencionalidade do Capital. Dessa forma a cidade se homogeneizou, fragmentou e hierarquizou e através desse estudo será abordado como as políticas de turismo contribuíram e contribuem para o processo de segregação socioespacial onde os trabalhadores são afastados do centro, tem suas condições de trabalho precarizadas e assim não conseguem desfrutar da própria cidade onde mora.

Conforme o Capital desenha a cidade, podemos observar que existe uma fragmentação do acesso aos meios de lazer, políticos e administrativos. Segundo Harvey (2008), vivemos em uma época onde há esforço para promoção da política como a construção de um mundo melhor, porém esse conceito não desafia em si a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal e como o Estado é subserviente a isso. Vivemos em um mundo onde apesar de debatermos os direitos humanos, naturalizamos a sobreposição do lucro e da propriedade privada a qualquer outra noção de direito, assim vale ressaltar a crítica de Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985[1944], p. 85) a Nietzsche,

na obra Juliette, do Marquês de Sade, “em meio a todo crepúsculo dos ídolos, do costume idealista de querer enforçar o pequeno ladrão e transformar os assaltos imperialistas em missões histórico-universais”. Devemos entender o direito à cidade muito além de uma lógica simplista de se remeter ao direito de liberdade individual, de ir e vir, mas sim como a capacidade de ler e compreender sua realidade para assim ter o poder coletivo de transformar o espaço urbano e a si próprio. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (Harvey, 2008).

A segregação imposta e induzida age na cidade ocasionando a construção intencional de áreas periféricas para habitação popular, ou por ocupação irregular em zonas de risco, sendo elas atualmente em Poços de Caldas a zona Leste e a zona Sul são resultados desse duplo processo de industrialização e urbanização que gera não só fluxo de empresas mas um série de questões de expansão e consequentemente expandindo o processo de segregação socioespacial. A segregação socioespacial concentra grupos sociais homogêneos em zonas pelo espaço urbano e assim intensifica desigualdades sociais e espaços, condicionados pela limitação material na sua vida cotidiana, como acesso a moradia, lazer e esporte.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo busca através da geografia crítica desnaturalizar o espaço como uma condição dada e apresentá-lo como um espaço de disputa de narrativa e luta de classes. O processo de industrialização capitalista se apropriou do espaço potencializando o processo de urbanização a fim de homogeneizar, fragmentar e hierarquizar a cidade, onde o capital organiza e produz através da sua intencionalidade de acumulação e especulação, gerando assim excedente para poder extrair mais-valia. Sendo assim sua própria ação de gerar excedente é o que gera uma série de contradições socioespaciais e também é capaz de gerar crises, sendo o capitalismo assim motivo de seu próprio êxito e ruína.

Por meio da influência marxista, das considerações teóricas de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço e de David Harvey sobre o direito à cidade, se busca elucidar sobre a segregação socioespacial e o acesso à cidade pela classe trabalhadora em cidades turísticas, trazendo a partir de documentos públicos e trabalhos acadêmicos o exemplo de Poços de Caldas, que reproduz o comportamento de grandes metrópoles em seu processo de estruturação para o favorecimento da iniciativa privada e políticas de turismo segregadoras.

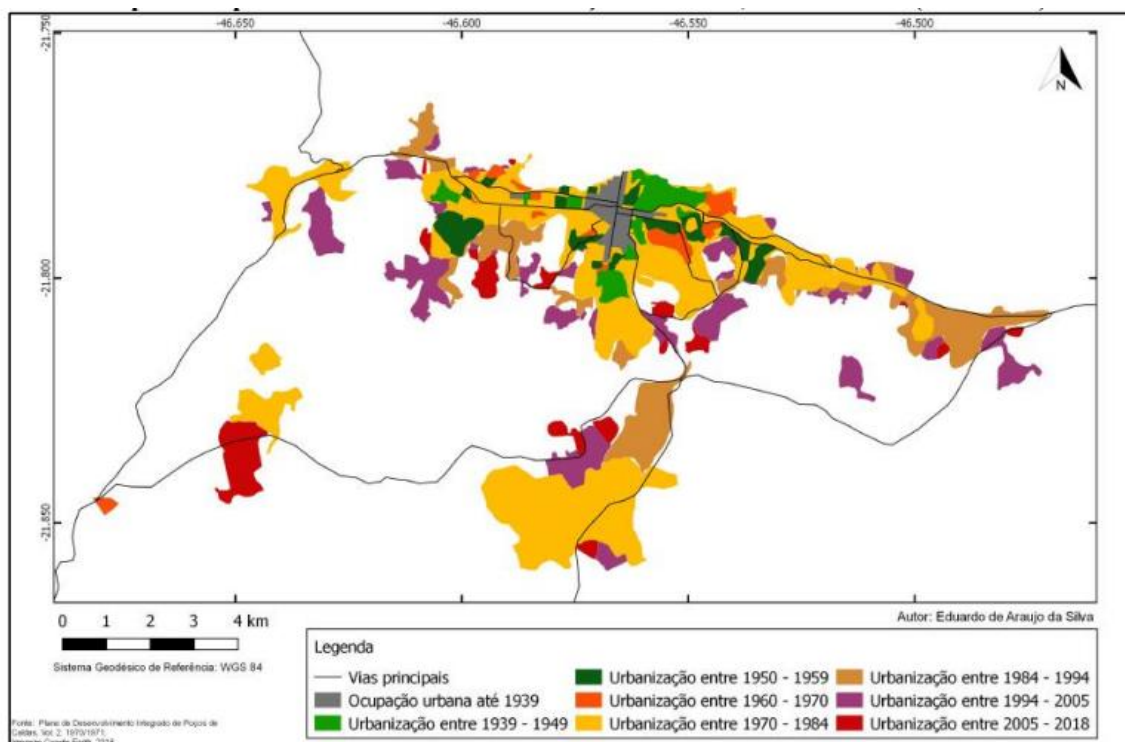
A revisão bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado como livros, artigos e teses. Segundo (GIL, 2007), a pesquisa bibliográfica possui caráter de exploração e complementação de estudos já existentes, colaborando para o desenvolvimento da pesquisa.

Enquanto nem todos os alunos farão pesquisas de laboratório ou de campo, todos, sem exceção, precisam realizar pesquisas bibliográficas para concluir os trabalhos solicitados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Poços de Caldas é uma cidade média no Sul de Minas Gerais, seu turismo de cura oriundo das águas sulfurosas foi o ponto de partida para seu desenvolvimento. Situada em uma região que passou por um processo de vulcanismo, a atividade elevou o solo e durante o resfriamento cedeu e formou as barreiras naturais, colocando assim a cidade envolta por uma caldeira vulcânica, gerando uma morfoclimatologia própria. Isso resultou um processo de urbanização que apresenta uma série de contradições, que corroboram com os como processo de homogeneização, fragmentação e hierarquização. Sua fase pré-industrial, que segundo Lefebvre (200), a cidade pré-industrial é aquela na qual o espaço foi construído conforme as necessidades da sociedade, como troca e decisões políticas. Consolidada pelo turismo de cura Poços de Caldas promove uma série de grandes construções que de acordo com Luchiari (2000, p. 124-126), a urbanização turística pode resultar no rápido crescimento populacional e na expansão da força de trabalho, especialmente devido aos fluxos migratórios que se concentram nos setores de serviços e construção civil, tanto para o desenvolvimento da infraestrutura turística quanto da infraestrutura urbana. O desafio reside no fato de que esse aumento significativo de pessoas acaba estabelecendo residência permanente no local, aumentando assim o número de indivíduos vivendo em condições habitacionais precárias e reduzindo a renda dos moradores locais. Além disso, destaca-se o aumento do custo de vida para a população local, que tende a ser mais elevado durante a alta temporada. As paisagens turísticas, por sua vez, são representações construídas intencionalmente no território, não apenas pela captura visual de panoramas, mas também pela reprodução de padrões estéticos e culturais idealizados. Essas representações frequentemente são versões idealizadas da realidade. Mesmo o que é conhecido como "paisagem natural" pode ser considerado um objeto cultural, pois é moldado por um conjunto de imagens idealizadas que as pessoas têm do território e também serve como referência para a ocupação humana.

Para Lefebvre (2000), a cidade industrial onde o trabalho e a produção são destaque, em Poços de Caldas, podemos observar que após seu processo de industrialização na década de 60, a população cresceu de 25.237 em 1950 para 58.514 em 1970. Em 1996 a população foi para 121.831. Em 2022, a população do município de Poços de Caldas foi de 163.742 habitantes (IBGE – Censos demográficos) Ocasionalmente assim a criação de novas zonas além das pericentrais, que são a zona leste e zona sul da cidade, como se pode observar no mapa 1.



Fonte: SILVA & ANDRADE, 2018.

Mapa 1 – Expansão urbana da cidade de Poços de Caldas, 1939 – 2018.

Fonte: Silva & Andrade, 2018.

A zona leste se expandiu da continuação da zona pericentral, já o processo de urbanização da zona sul ocorreu principalmente na década de 1970 onde é implementado a construção de casas populares do Conjunto Habitacional Eng. Pedro Afonso Junqueira, consequentemente com outros investimentos de habitação popular nessa região, houve um adensamento populacional e urbano

Como apontou Oliveira (2012), a fase industrial da economia chegou ao fim em 1997 devido às crises econômicas na década de 1980, que resultaram em uma redução nos investimentos do setor industrial. Com o advento da fase pós-industrial, que para Lefebvre (2000) é a fase onde o consumo é o meio de desenvolvimento, em Poços de Caldas, o setor terciário ganha maior impulso e passa a desempenhar um papel mais dinâmico na economia local. Nesse contexto, o turismo continua sendo uma das atividades econômicas mais significativas da cidade.

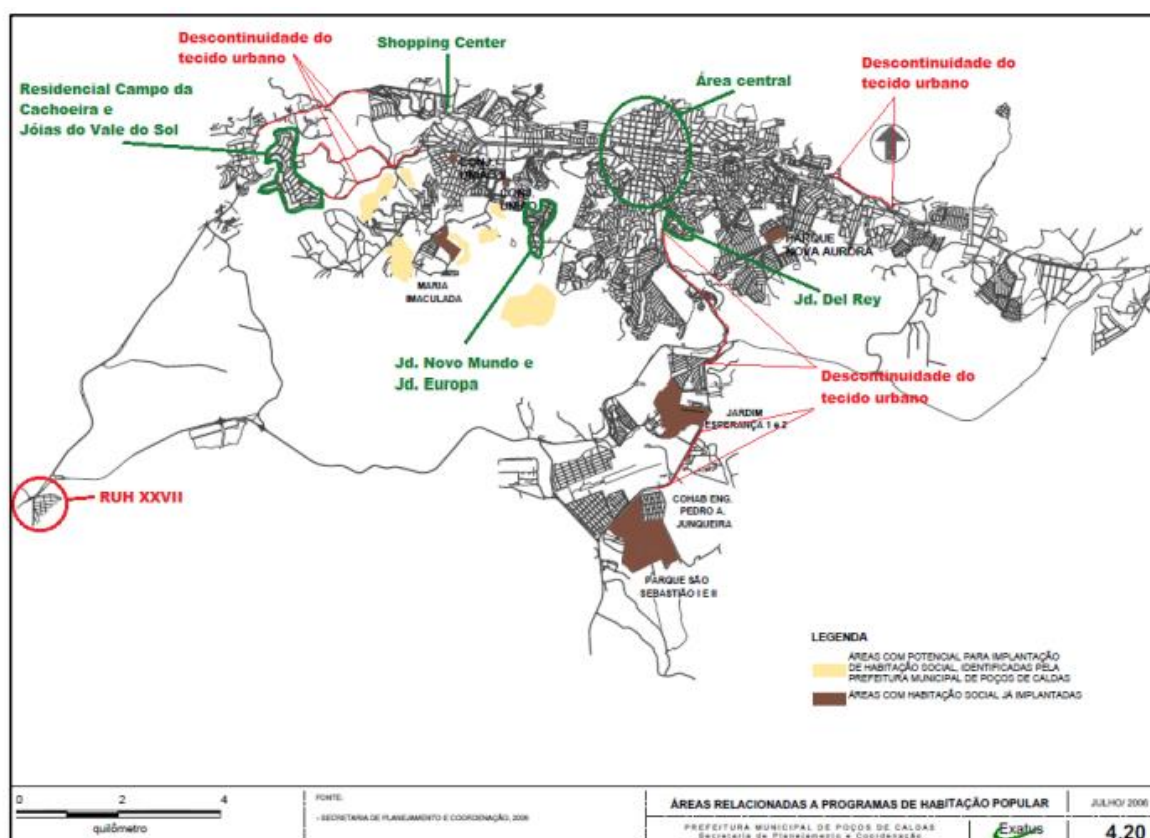
Mascarenhas (2003) destaca alguns efeitos do processo de urbanização turística, incluindo a sobreposição do consumo em relação à produção, com o consumo direcionado principalmente a visitantes externos. Além disso, são observadas altas taxas de crescimento demográfico, fluxos migratórios em busca de emprego, baixa remuneração e pouca sindicalização dos trabalhadores, bem como um contraste entre habitações extremamente precárias e o consumo supérfluo nas áreas turísticas. Acrescenta-se, de acordo com Neverovsky (2004, p. 5), que nesse processo ocorre a criação de "não lugares", como aeroportos e shoppings, que são espaços simulados e ilusórios projetados como espetáculos a serem consumidos, muitas vezes desvinculados da cultura local.

Com isso temos uma série de contradições a serem apontadas não somente pelas condições espaciais de segregação, mas pela intensificação da precarização do trabalho no setor de prestação de serviços. A qualidade de vida urbana se torna uma mercadoria, onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura são os principais aspectos da economia política segundo Harvey (2008) a ética neoliberal que intensifica o individualismo torna-se um padrão de socialização humana (Nafstad et al., 2007). Resultado desse individualismo é a dificuldade dos trabalhadores se entenderem enquanto classe, potencializando a baixa procura por uma organização coletiva em sindicatos.

No que tange a segregação socioespacial, temos duas categorias propostas pelo Corrêa (2013): a imposta e a induzida. A primeira é quando se vive em condições precárias de moradia sem ter opção, enquanto a segunda é quando se têm opções limitadas de onde morar. A diferença entre elas é bem sutil, pois ambas afetam as populações de baixa renda. Já Villaça (2001, p. 147)

fala de outra forma de segregação: a voluntária, a auto segregação, praticada pela elite, onde o indivíduo escolhe morar em áreas que combinam com seus interesses.

Através do Mapa 2, podemos ver a descontinuidade da zona leste e sul do tecido urbano:



Mapa 2 - Áreas relacionadas a programas de Habitação Popular, 2006.

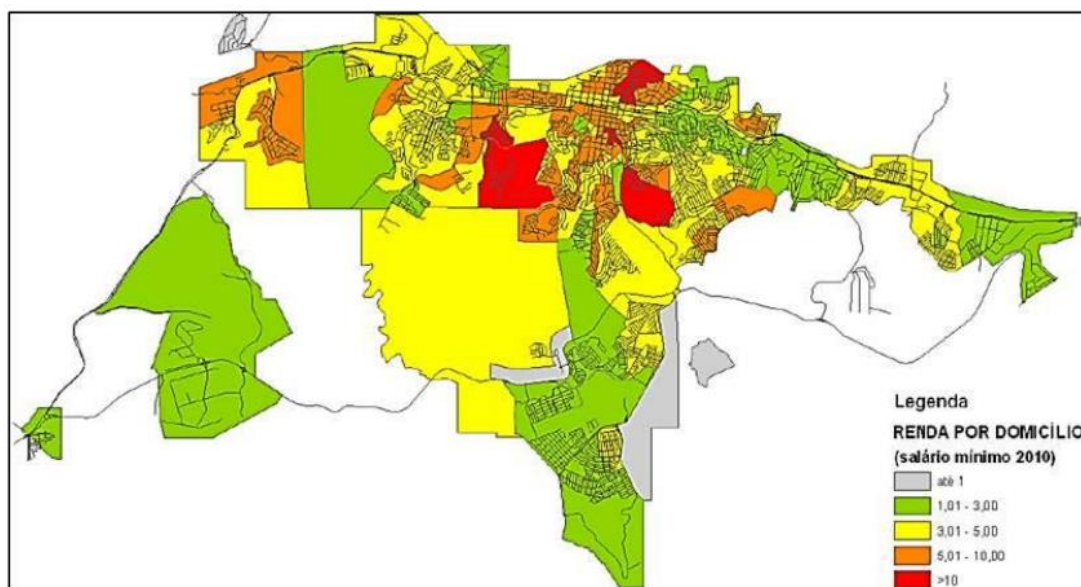
Conforme apontado por Melgaço et al. (2002, p. 2), a segregação espacial é uma estratégia adotada pela elite para exercer domínio sobre o espaço urbano, moldando-o e consumindo-o de

acordo com seus interesses. Esse processo resulta em uma apropriação desigual do espaço urbano, que pode ocorrer de várias maneiras, incluindo ações diretas da classe dominante, influência do mercado imobiliário e políticas públicas que favorecem certas localidades. O resultado é o aumento das disparidades sociais e o empobrecimento das áreas menos privilegiadas. O turismo, por sua vez, pode agravar essa segregação espacial ao se concentrar em áreas específicas. Conforme Pearce (2001, p. 348), essa distribuição desigual do turismo representa um desafio que pode ser mitigado por meio de um planejamento turístico adequado. No entanto, é necessário considerar a estrutura social e urbana existente e identificar as causas subjacentes da segregação espacial para que seja possível enfrentar esse fenômeno.

Rodrigues (1996, p. 157) destaca a importância do papel do Estado na produção e consumo do espaço urbano, uma vez que é responsável por definir políticas de uso e ocupação do solo, além de investir em infraestrutura e serviços públicos. No entanto, muitas vezes esses investimentos não são distribuídos de forma equitativa, perpetuando ou até mesmo intensificando a segregação espacial já existente. Nesse contexto, é fundamental implementar políticas públicas que considerem a necessidade de uma distribuição mais justa dos recursos urbanos, promovendo a inclusão social e a participação de diversos grupos na construção da cidade.

As políticas turísticas se concentram em manter o fluxo de visitantes e apoiar ou favorecer meios que contribuam para esse objetivo. Como a cidade pós-moderna está intrinsecamente ligada ao consumo e, por extensão, ao turismo, tudo se baseia em obter lucro por meio dessa atividade. No entanto, surge uma problemática relacionada à fetichização dos espaços turísticos: como a cidade acolhe seus próprios residentes? Por que o acesso não é facilitado para aqueles que contribuem diariamente para o desenvolvimento econômico da cidade? Segundo Silva (2004, p. 29), a produção do espaço turístico é marcada por uma contradição entre fantasia e realidade. Nesse contexto, surgem dificuldades de acesso dos próprios moradores à cidade, mesmo quando a renda per capita média de Poços de Caldas atinge a marca de 3 mil reais, é sabido que a população como um todo não tem acesso à metade dessa remuneração. Enquanto grandes complexos hoteleiros e empreendimentos de lazer lucram com o turismo, a população concentrada nas áreas periféricas enfrenta cada vez mais restrições financeiras para acessar esses espaços.

Através do Mapa 3, podemos analisar a renda da população e suas localidades.



Fonte: Prefeitura municipal de Poços de Caldas (2016).

Mapa 3 – Renda por domicílio de Poços de Caldas, ano de 2010.

Fonte: Prefeitura municipal de Poços de Caldas (2016).

As atividades culturais gratuitas ocorrem frequentemente na área central da cidade ou, ainda, no Parque Municipal Antônio Molinari, localizado na zona oeste, lugares esses onde há a maior oferta de empregos no setor terciário. Portanto, considerando todos esses fatores, é notado através do cálculo da tarifa atual de R\$ 5,60 (FLORAMAR, 2023) que, para se deslocar de uma área urbana para outra, é necessário desembolsar R\$22,40 em duas passagens (ida e volta) de ônibus, considerando uma baldeação obrigatória no terminal central.

A desigualdade de renda nas regiões periféricas e centrais de uma cidade turística tem um impacto significativo no acesso à cidade. Nas áreas periféricas, onde geralmente residem os trabalhadores de baixa renda, a falta de recursos financeiros limita suas possibilidades de desfrutar dos espaços urbanos, como o acesso a serviços, infraestrutura adequada e opções de lazer. Ao mesmo tempo, nas regiões centrais, onde se concentram os principais atrativos turísticos e estabelecimentos comerciais de maior prestígio, a disparidade de renda contribui para a exclusão socioeconômica de uma parte significativa da população. Essa exclusão se reflete na dificuldade de acesso a oportunidades de emprego, serviços de qualidade e participação ativa na vida cultural da cidade. Portanto, a desigualdade de renda nessas diferentes áreas urbanas cria barreiras sociais e econômicas que restringem o pleno acesso à cidade para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A integração do museu à região central, através da implementação do projeto "Centro Vivo", que consiste em reconfigurar o cenário urbano, com o objetivo de revitalizar a área central e centralizar os pontos turísticos em um único núcleo da cidade impactando fundamentalmente significativo

na transformação da dinâmica socioespacial da cidade, reforçando aspectos de concentração de desenvolvimento de infraestrutura, segurança e qualidade de vida em apenas uma região da cidade.

É importante ressaltar que o museu desempenha um papel que vai além do turismo. Ele carrega consigo a responsabilidade de preservar e compartilhar a história e a geografia do município de Poços de Caldas. Sua existência não é apenas um direito legislativo, mas também representa um valor profundamente enraizado na essência da humanidade. A construção do museu é um tributo à herança cultural e ao legado da cidade, e sua importância transcende as fronteiras do simples turismo.

A política do Estado pode desempenhar um papel significativo no favorecimento de políticas de privatização e, conseqüentemente, agravar a segregação social em cidades turísticas. Quando o Estado adota medidas que promovem a privatização de espaços turísticos, como concessões de terras públicas ou incentivos fiscais para investidores privados, isso pode resultar na exclusão de comunidades locais e grupos sociais de baixa renda, que são deslocados ou marginalizados para dar lugar a empreendimentos turísticos. Além disso, a falta de regulamentação adequada por parte do Estado pode permitir a concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos, aprofundando as desigualdades sociais. Políticas de infraestrutura e serviços públicos também podem ser direcionadas de forma desigual, privilegiando as áreas turísticas em detrimento das regiões periféricas e das necessidades da população local. Dessa forma, é essencial que o Estado adote políticas inclusivas e equitativas, que promovam a participação da comunidade local, garantam o acesso igualitário aos recursos e benefícios do turismo e busquem o desenvolvimento sustentável e socialmente justo das cidades turísticas.

A privatização dos espaços turísticos representa uma preocupação em muitos aspectos. Quando esses locais são transferidos para o controle de entidades privadas com fins lucrativos, a busca pelo lucro muitas vezes prevalece sobre o bem-estar coletivo e o interesse público. Isso tem o potencial de excluir aqueles que não têm recursos financeiros para acessar esses espaços, efetivamente restringindo o direito à cidade. Um exemplo vívido desse fenômeno pode ser observado em Poços de Caldas, onde, em 2023, a concessão dos espaços turísticos à empresa CITUR trouxe consigo acentuados efeitos de elitização e segregação no acesso aos pontos turísticos da cidade.

Um caso paradigmático é o Cristo, onde a introdução de taxas de estacionamento ilustra claramente essa mudança. Isso não apenas onera os visitantes locais, mas também age como um fator de exclusão para aqueles que buscam apreciar as belezas naturais da região. Além disso, a violência dos seguranças em tentar coagir a prática de piqueniques no local, visando promover uma cafeteria de alto custo construída no local, agrava a sensação de elitização, tornando o acesso aos espaços turísticos cada vez mais inacessível para a população. Essa tendência de cobrança por acesso a

diversos pontos turísticos intensifica as barreiras socioeconômicas, minando o princípio fundamental de inclusão que o turismo deveria proporcionar.

Além disso, a privatização muitas vezes resulta na padronização e na perda da autenticidade cultural, transformando os destinos turísticos em lugares genéricos e descaracterizados. A exploração excessiva dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente também são preocupações frequentes, uma vez que os espaços turísticos são explorados intensivamente visando ao lucro imediato. Outro problema é a concentração de poder e o aumento da desigualdade, uma vez que apenas alguns grupos têm acesso e controle sobre esses espaços, enquanto outros são marginalizados. Portanto, é fundamental que o Estado, mesmo refém dos interesses da burguesia, estabeleça minimamente um equilíbrio entre os interesses econômicos e o bem-estar social, garantindo a gestão democrática e sustentável dos espaços turísticos.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a relação entre a produção do espaço e as políticas de turismo como potencializadoras da segregação socioespacial, tendo como caso de estudo a cidade de Poços de Caldas, no Sul de Minas Gerais. O processo de urbanização, impulsionado pelo turismo, transformou a cidade ao longo do tempo, passando por fases pré-industrial, industrial e pós-industrial. Durante esse processo, a cidade foi homogeneizada, fragmentada e hierarquizada, resultando em contradições socioespaciais e desigualdades na divisão do trabalho.

A partir da abordagem da geografia crítica, foram utilizadas as contribuições teóricas de Henri Lefebvre e David Harvey para desnaturalizar o espaço como uma condição dada e evidenciar sua disputa de narrativa e luta de classes. A segregação socioespacial foi analisada a partir de duas categorias propostas por Corrêa: a imposta e a induzida. Ambas afetam as populações de baixa renda e contribuem para a criação de áreas periféricas e precárias de habitação.

O turismo desempenha um papel significativo nesse processo de segregação espacial. As paisagens turísticas, muitas vezes idealizadas e desvinculadas da realidade local, são construídas intencionalmente para o consumo e acabam sobrepondo-se à produção. Poços de Caldas, como uma cidade turística, experimenta altas taxas de crescimento demográfico, fluxos migratórios em busca de emprego e uma contrastante precariedade nas condições de moradia e no consumo supérfluo nas áreas turísticas.

A ética neoliberal, baseada no individualismo, intensifica as desigualdades sociais e dificulta a organização coletiva dos trabalhadores. A segregação espacial torna-se uma estratégia da elite para exercer domínio sobre o espaço urbano, resultando em uma apropriação desigual e no aumento das disparidades sociais.

A cidade, nas palavras do sociólogo Robert Park é:

“a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo.” (1967: 3).

Diante desse contexto, é fundamental um planejamento turístico adequado, que leve em consideração a estrutura social e urbana existente e identifique as causas subjacentes da segregação espacial. O papel do Estado é crucial nesse processo, sendo responsável pela regulação das políticas de turismo e pela promoção de uma distribuição mais equitativa dos benefícios gerados pelo setor.

Portanto, a produção do espaço e as políticas de turismo desempenham um papel central na (re)produção da segregação socioespacial. Compreender essa dinâmica é essencial para enfrentar os desafios relacionados à desigualdade urbana e garantir o direito à cidade, não apenas como liberdade individual, mas como a capacidade coletiva de transformar o espaço urbano e a sociedade.

O acesso desempenha um papel fundamental na estruturação e identidade de uma sociedade ou grupo. É o ponto de entrada que oferece oportunidades para a construção de laços, pertencimento e influência sobre o ambiente em que se insere. Demarcar a natureza de uma comunidade sem considerar o acesso é uma tarefa impossível, pois é por meio dele que os indivíduos e grupos moldam suas experiências, estabelecem conexões e contribuem para a evolução do seu entorno. A capacidade de acessar recursos, informações e espaços não apenas reflete a igualdade e inclusão, mas também determina a capacidade de participar ativamente na criação e definição da identidade coletiva. Assim, o acesso não é apenas um local físico ou virtual, mas a base sobre a qual se ergue a coletividade e se define sua essência.

5. REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, p. 412-424, 2021.

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.

FLORAMAR. **Decreto Nº14.136**. 2023. Disponível em: <https://floramar.com.br/index.php>. Acesso em: 23 ago. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 192p.

HARVEY, D. Direito à cidade. Trad. Jair Pinheiro (do original em inglês “The right to the city” - New Left Review, n. 53, 2008). **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 476p.

LUCHIARI, M. T. D. P.; SERRANO, C.; BRUHNS, H. T. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000. 206p.

MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas**, v. 24, n. 3, p. 121-143, 2003.

NAFSTAD, H. et al. Ideology and Power: The Influence of Current Neoliberalism in Society. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, v. 17, n. 4, p. 313–27, 2007.

NEVEROVSKY, C. Ponta Negra: nova espacialização decorrente do desenvolvimento turístico de Natal, Rio Grande do Norte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL VISÕES CONTEMPORÂNEAS, 2., 2004. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

OLIVEIRA, E. M. **Dinâmica locacional das indústrias e a produção do espaço urbano em Poços de Caldas (MG)**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2012.

PARK, R. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967. 274p.

PEARCE, D. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003. 392p.

PEARCE, D. Un Esquema Integrador para la investigacion del turismo urbano. **Annals of Tourism Research en Espanhol**, v. 3, n. 2, p. 340-363, 2001.

RODRIGUES, A. A. B. Percalços do Planejamento Turístico: o Prodetur –NE. In: RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 145- 162.

SILVA, E. A. **Segregação socioespacial em Poços de Caldas (MG)**. 2018. 70 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Poços de Caldas, 2018.

SILVA, E. A.; ANDRADE, A. C. Segregação residencial na cidade média: o caso em Poços de Caldas (MG). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL, 1., 2018, Londrina – Paraná. **Anais...** Londrina: UEL, 2019. p. 1742-1759.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A.; PINTAUDI, S. M.; CORRÊA, R. L. **Cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 392p.

YAZIGI, E. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer**. São Paulo: Contexto, 2003. 392p.